localidade de sede social ou por cartas registadas, quando sejam nominativas todas as acções.

2 — A assembleia geral pode deliberar, em primeira convocação, qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, salvo o disposto no número seguinte.

3 — Para que a assembleia possa deliberar, em primeira convocação, sobre o aumento do capital social, a alteração do contrato da sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, devem estar presentes ou representados accionistas, que detenham, pelo menos, acções correspondentes a metade do capital social.

4 — Em segunda convocação, a assembleia pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Artigo 20.º

Os membros dos órgãos sociais serão remunerados ou não, conforme o que for deliberado em assembleia geral, podendo haver administradores não remunerados.

Artigo 21.º

1 — O mandato dos membros do conselho de administração é de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

2 — O mandato do fiscal único é igualmente de quatro anos, sendo possível a sua reeleição, também por uma ou mais vezes.

Artigo 22.º

Aos resultados líquidos evidenciados pelos documentos de prestação de contas anuais, serão deduzidas as importâncias necessárias à formação ou reconstituição da reserva legal, tendo o remanescente a aplicação que for determinada em assembleia geral, podendo esta deliberar distribuí-los, total ou parcialmente, ou afectá-los a reservas.

Artigo 23.º

1 — Sendo emitidas novas acções, em virtude de aumento de capital, estas só quinhão nos lucros a distribuir nos termos determinados na própria deliberação de aumento e, na falta de tal determinação, proporcionalmente ao período que medeia entre a entrega das cautelas ou dos títulos provisórios e o encerramento do exercício social.

2 — Em caso de aumento de capital social, por incorporação de reservas, a emissão de novas acções respeitará a proporção de entre as várias categorias existentes, sendo atribuídas a cada accionista acções da espécie ou espécies por ele detidas.

Artigo 24.º

O conselho de administração poderá designar um secretário da sociedade e um suplente, nos termos e com as funções previstas na lei.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

11 de Outubro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Emilia Gonçalves*.

2002125104

CITYVAN — CARROÇARIAS EM KIT, L.^{DA}

Anúncio n.º 7681-GB/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 746/920221; identificação de pessoa colectiva n.º 502710896; data: 300605.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2003.

Está conforme.

4 de Setembro de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2009731077

Anúncio n.º 7681-GC/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 746/920221; identificação de pessoa colectiva n.º 502710896; data: 30062005.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

5 de Setembro de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2004418400

CLIMAUDIO — MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7681-GD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Odivelas. Matrícula n.º 19 047; identificação de pessoa colectiva n.º 507065360; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20041220.

Certifico que, por escritura de 23 de Setembro de 2004, exarada de fl. 8 a fl. 9 do livro n.º 224-E do Cartório Notarial de Ourém, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 — A sociedade adopta a firma CLIMAUDIO — Manutenção e Reparação de Automóveis, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Santo Eloy, 55, letra A, na localidade de Pontinha, freguesia de Pontinha e concelho de Odivelas.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou estrangeiro.

Artigo 2.º

O objecto da sociedade consiste na manutenção e reparação de veículos automóveis, comércio de peças e acessórios para veículos automóveis.

Artigo 3.º

1 — O capital social é de 10 000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas:

Uma de valor nominal de 5000 euros, pertencente ao sócio António Alberto Alves Afonso.

E outra no mesmo valor nominal de 5000 euros, pertencente ao sócio José António Ferreira Bernardo Vasconcelos.

2 — Com a unanimidade dos votos correspondentes a todo o capital social, poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, até ao montante global de 200 000 euro e restituídas quando for permitido.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessária a intervenção de dois gerentes.

Artigo 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Artigo 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedem herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

Artigo 8.º

Aos lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Artigo 9.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades ou prazos, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com antecedência mínima de 20 dias.

Está conforme o original.

22 de Dezembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Fernanda Maria de Oliveira Rosa Varela*.

2007676770

CLINICÁLIS — CLÍNICAS MÉDCIAS, L.^{DA}**Anúncio n.º 7681-GE/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 739/981215; identificação de pessoa colectiva n.º 504598236; inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 10 e 11/20041020.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

Aumento de capital e modificação em sociedade plural por quotas — aumento de 100 euros, em dinheiro, subscrito pela nova sócia Isabel Maria Gomes da Costa Cambeiro.

Alteração do contrato, ficando a reger-se pelo pacto social que segue em anexo.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

Artigo 1.º

Tipo, denominação e sede social

1 — A sociedade adopta a firma CLINICÁLIS — Clínicas Médicas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua Nova do Seixo, 849, 2.º, centro, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos.

2 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como serem criadas ou encerradas sucursais, delegações ou outras formas locais de representação social.

Artigo 2.º

Objecto

O objecto da sociedade é a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem e outros serviços clínicos especializados e meios auxiliares de diagnóstico, exploração, gestão e administração de clínicas.

Artigo 3.º

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é 5100 euros, correspondendo à soma de duas quotas: uma no valor nominal 5000 euros, pertencente a Nuno Frederico Rebordão Afonso Correia, e outra no valor nominal de 100 euros, pertencente a Isabel Maria Gomes da Costa.

Artigo 4.º

Prestações suplementares

Será permitida a realização de prestações suplementares nos termos a deliberar em assembleia geral, até ao limite de 10 vezes o capital social.

Artigo 5.º

Cessão de quotas

A cessão de quotas, quer entre sócios quer para terceiros, bem como a sua divisão para esse fim são livres, não dependendo do consentimento da sociedade.

Artigo 6.º

A sociedade poderá adquirir ou alienar participações, como sócia ou accionista de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Artigo 7.º

Amortização da quota

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Acordo com o respectivo titular;
- b) Penhora, arresto ou outra forma de apreensão judicial;
- c) Partilha judicial ou extrajudicial quando a quota não for adjudicada ao respectivo titular;
- d) Falência ou insolvência dos sócios;
- e) Quando o respectivo titular deixar de comparecer ou se fizer representar nas assembleias gerais por mais de três anos consecutivos.

2 — A deliberação da amortização deve ser tomada no prazo de 60 dias a contar do respectivo evento, e o valor da amortização será o que resultar para a quota na proporção do balanço especialmente elaborado para o efeito.

3 — Em caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer sócio, a sociedade poderá continuar e proceder, querendo, à amortização da quota do sócio ou deliberar a sua liquidação e partilha, devendo aquela estar concluída no prazo de 90 dias a contar do óbito do sócio ou da sentença da interdição ou inabilitação.

4 — A sociedade poderá, no entanto, amortizar a quota do sócio falecido, interdito ou inabilitado, devendo a deliberação e o pagamento da quota obedecer ao disposto no n.º 2 deste artigo.

Artigo 8.º

Assembleias gerais

1 — A convocação das assembleias gerais compete a qualquer dos gerentes e será efectuada por carta registada com aviso de recepção, a expedir com a antecedência mínima de 15 dias, sem prejuízo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

2 — Nas assembleias gerais os sócios podem fazer-se representar por qualquer pessoa da sua livre escolha.

Artigo 9.º

Distribuição de lucros

1 — Após a constituição ou reintegração do fundo de reserva legal, os lucros apurados em cada exercício terão a aplicação que for decidida em assembleia geral anual dos sócios, a qual deliberará por maioria simples dos votos e sem sujeição a qualquer limite mínimo de distribuição obrigatória.